

MULHER, VIOLÊNCIA E PAZ

Episódios da vida que ninguém quer repetir (1)

EVELINA MUCHANGA

MARTA Carlos Manjate foi raptada aos 14 anos por homens armados e viveu a sua adolescência e parte da juventude numa base militar da Renamo na Gorongosa, província de Sofala, antes da assinatura do Acordo Geral de Paz de Roma, em 1992. Caminhou meses pela mata, viu um irmão a ser morto e o avô a suicidar-se. Voltava a Chókwe de férias e ia para a casa dos pais em Mandlakazi, província de Gaza, quando ela e 14 membros da sua família, entre os quais quatro irmãos, avós paternos, tias e primas, foram interpelados e recolhidos por homens armados.

A caminhada para a base militar foi turbulenta. Era feita a passos largos e com as cabeças carregadas de produtos alimentares, água e outros bens. Pior foi quando os homens armados mataram o irmão mais novo, na altura com quatro anos, atirando-o contra uma árvore.



Efeitos da guerra civil ainda prevalecem na mente das sobreviventes

“Fiquei chocada e em desespero porque me tiraram a criança do colo. Outras pessoas, na minha situação, fecharam-me a boca para não soltar

um grito e me aconselharam a conter as lágrimas e seguir em frente. O meu avô dizia que não deveríamos tentar fugir, mas suicidou-se antes de chegar-

mos à base”, lembrou Marta Manjate.

Ao longo do trajecto, algumas idosas e crianças, incluindo duas das suas irmãs mais no-

vas e primas, foram soltas. Os restantes, na sua maioria com alguma instrução escolar, ficaram retidos. Caminharam por três meses, com paragens em

algumas bases intermédias, até chegarem à Gorongosa. Chegadas a este ponto de Sofala, Marta passou a levar “uma vida normal”. Trabalhava na secre-

taria. Ouvia rádio, mas não tinha acesso à comunicação com o mundo exterior. Os irmãos mais velhos, que já estavam integrados nas acções militares da Renamo, conseguiram fugir. Ela regressou ao convívio familiar quando se assinou o Acordo Geral de Paz de 1992. Na altura, ela tinha 21 anos.

A história de Marta Manjate, actualmente com 44 anos de idade, não é isolada. Ela foi feliz porque voltou para a família e encontrou os pais ainda vivos. Mas outras pessoas morreram ou ficaram mutiladas e impossibilitadas de regressar à vida normal.

Dados oficiais referem que a chamada guerra dos 16 anos deixou marcas irreversíveis no país. Estima-se que cerca de um milhão de pessoas tenha perdido a vida, outras tiveram de viver em campos de refugiados e 250 mil crianças ficaram órfãs.

Entrevistado pelo “Notícias”, o psicoterapeuta Boia Efraime, membro da Associa-

ção Reconstruindo Esperança, mencionou ainda episódios de violência e repetidas experiências traumáticas, desumanização, exploração pelo trabalho, abuso sexual e o envolvimento de crianças em actos militares.

Marta casou-se, tem dois filhos, trabalha na educação e está no terceiro ano do ensino superior. Contudo, ainda não consegue ver filmes de guerra ou de terror. “Quando durmo depois de os ver, sinto-me a viver tudo o que passei durante o conflito armado”.

Esta mulher está ainda preocupada devido aos relatos de ataques armados registados em algumas zonas das províncias de Cabo Delgado e de Sofala, no norte e centro de Moçambique, respectivamente. Para ela, nada deve justificar a guerra e comenta: “Se eu tivesse espaço nas negociações de paz, diria aos dirigentes que a guerra destrói pessoas e sociedades. Por isso, pedimos que calemos as armas e busquemos harmonia na sociedade”.

Perda de herança



Marta Manjate lamenta morte do irmão

ENCONTRÁMOS Marta Manjate no distrito de Mandlakazi, Gaza, onde fomos conversar com mulheres que sofreram os efeitos da guerra dos 16 anos que opôs as forças governamentais e a guerrilha da Renamo. Explorámos o sentimento delas em relação aos conflitos armados e o seu envolvimento no processo de pacificação do país. O mesmo trabalho foi realizado no distrito de Chibuto, ainda na província de Gaza.

Notámos que, apesar de estarem a realizar várias actividades para o auto-sustento, muitas carregam as marcas do conflito armado. Contam episódios vividos naquela altura com algum sentimento de mágoa e de perda da sua principal herança: o gado bovino. Entendem que a província de Gaza é uma das mais pobres do país, em parte, devido à guerra.

“A nossa principal herança é o gado bovino. Muitas famílias ficaram sem este recurso, depois de perderem esposos, filhos, pais, irmãos, avós, entre outros familiares. As famílias ficaram destruídas e divididas”, conta Glória Monjane, 58 anos de idade.

Durante a guerra dos 16 anos, os sistemas de saúde e de educação entraram em colapso, assim como a produção agrícola. Segundo ela, o pai tinha um curral com 33 cabeças de gado bovino e, numa noite, toda a fortuna foi roubada e, três dias depois, o progenitor morreu

por problemas de coração.

“As sequelas psicológicas mantêm-se. É difícil esquecer algo que nos fez muito mal”, disse Glória, chamando a mulher para o seu papel de educadora e pacificadora do lar para que continue e a educar os filhos para saberem viver em paz, de modo que episódios de guerra não tenham espaço na sociedade moçambicana.

Encontrámos também Helena Manhique, 57 anos de idade. Ela foi raptada com três filhos menores de idade (a mais nova antes de completar um ano) e a sua mãe. Passou fome, outras privações e torturas. Dois meses depois fugiu do cativeiro dos homens armados com os três filhos, contudo, não conseguiu levar a mãe.



Glória Monjane fala dos traumas e iniciativas de superação da guerra

“Quando regressámos à casa, a família ficou feliz, mas muita coisa tinha acontecido durante a nossa ausência. A minha irmã e sobrinhos foram mortos num ataque. Ficámos a saber que a minha mãe também não aguentou, morreu no cativeiro”, lamentou.

Para esta mulher, é urgente cultivar a paz na sociedade e que cada pessoa procure trabalhar, encontrar formas de sustento sem recorrer à violência. “A guerra foi catastrófica para muitas famílias e ela não é benéfica para ninguém. Mesmo os promotores, acredito que não conseguem proteger todos os membros da família. Perdem também. Pesa-lhes a consciência”.

Ficámos a saber que, após a assinatura do Acordo Geral de Paz de 1992, houve algumas iniciativas para a reintegração social dos desmobilizados de guerra e algumas famílias que ficaram sem as suas casas. Mas não se conseguiu alcançar todos.

Para além disso, houve, igualmente, acções comunitárias e religiosas isoladas para a “purificação espiritual” das pessoas envolvidas directamente na guerra ou que foram raptadas e depois voltaram ao convívio da família.

Todavia, este trabalho não foi estruturado. Cada comunidade fazia a terapia à sua maneira e muitas pessoas, em particular mulheres, não tiveram espaço para expressar os seus sentimentos devido a questões culturais.

Elaborar efeitos traumáticos



“Há que elaborar os efeitos traumáticos do conflito armado”, Boia Efraime

O PSICOTERAPEUTA Boia Efraime refere que estudos feitos com os soldados americanos envolvidos na guerra do Vietname, por volta de 1974, mostram que os efeitos traumáticos da guerra se estendem aos militares até aos dias de hoje e, para alguns, pela vida toda, pois, segundo ele, participar em acções de conflitos armados, matar pessoas, tem um efeito “devastador” no psíquico humano.

Esclareceu que quando os eventos traumáticos não são ela-

borados, há uma tendência de estes se repetirem. E no caso moçambicano, avança, não houve elaboração das experiências de guerra, mas sim uma espécie de recompensa das pessoas que cometeram atrocidades de ambos os lados.

“Acabou a guerra, fez-se um acordo geral de paz. Será que tudo fica esquecido? Penso que não. O processo não é rectilíneo. Os problemas que as pessoas tiveram foram privatizados”, comentou.

Acrescentou que, em algum momento, os médicos tradicionais e as comunidades procuram formas de fazer rituais de purificação. Estes rituais não permitem muito espaço de elaboração psíquica do que aconteceu, mas é um tentar dizer que a vida continua, fica feliz porque estás viva e esquece o que aconteceu”.

Recordou que, após a guerra, trabalhou com meninas raptadas durante o conflito armado, exploradas sexualmente e como força de trabalho pelos soldados, mas, quando regressaram às suas comunidades, ficou-se como se nada tivesse acontecido.

Explicou que esta atitude pode estar relacionada à construção social e cultural moçambicana, em que se olha para o homem como o protector da família. Contudo, a guerra colocou em causa esse pensamento,

quando os homens viram suas esposas e filhas serem raptadas, sem terem recursos para defendê-las.

“Muitas vezes, quando elas regressam à família, o homem não quer ser confrontado com aquilo que aconteceu. A guerra é uma anormalidade. Há casos de pessoas que preferiram morrer a lidar com a situação de total vulnerabilidade e impotência”, recordou.

O mesmo aconteceu, segundo Boia Efraime, a nível político, em que as pessoas acreditam nas autoridades e num Estado de Direito onde quem faz mal é punido pela justiça. “Contudo, quando a guerra terminou, em nenhum momento alguém veio ter connosco e dizer que aquilo que aconteceu foi errado e, mais do que isso, apareceu um processo em que aqueles que cometeram atrocidades até estavam a ser compensados em nome da

preservação da paz. É bastante doloroso para a pessoa que foi vítima e é um processo que não olhamos”. Para Boia Efraime, a guerra dos 16 anos colocou pessoas em armadilhas psicológicas, onde qualquer atitude que tomassem estava errada, o que, de alguma forma, deixa os indivíduos desconfiados e, quando ouvem alguma notícia sobre ataques armados no país, traz ao de cima estas memórias ligadas ao passado.

“Olhando para os países africanos em conflito armado, percebemos que a persistência de conflitos militares, psíquicos e sociais não resolvidos pode levar-nos para outras guerras”, disse, sugerindo a realização de um estudo aprofundado para perceber como é que as memórias da guerra civil continuam a ter impacto na vida das vítimas, com destaque para as mulheres.

Exclusão de mulheres

O DOCENTE e investigador Calton Cadeado entende que o reservar das memórias de guerra tem várias interpretações. A primeira leitura, segundo ele, leva à ideia de que o conflito armado foi “intensamente” vivido pelas mulheres e confirma que estas foram as principais vítimas por terem sido elas directamente afectadas, sofrendo violência física como tortura, rapto, violação sexual e psicológica e até escravatura laboral, mas também porque as mulheres são mães.

O terceiro aspecto, para a fonte, é o facto de a guerra ter sido “extremamente” violenta, com massacres e, mesmo assim, não ter havido espaço, naquela altura, para discutir-se o assunto, onde as pessoas pudessem contar as suas experiências.

“Por último, nós não fizemos no nosso país, de uma forma global, acções de reconciliação ou contar a nossa história de vivências de guerra como uma forma de exorcizar os traumas, salvo raras excepções”, analisou.

Fundamento que a guerra dos 16 anos foi traumática para as pessoas e estes traumas ainda estão vivos na memória de algumas delas.

Recorrendo ao livro de Alcinda Honwana sobre espíritos vivos e tradições modernas, disse que esta refere que as crianças-soldado, sobretudo, tiveram um espaço onde foram purificadas por cerimónias tradicionais mas, “curiosamente, excluíram as mulheres, talvez porque elas não fosse as principais agentes da guerra”.

Explicou que naquela altura havia interesse de pegar primeiro aqueles que tinham as armas ou tinham feito a violência para não retornarem à guerra, como as crianças soldado que sofreram o trauma da instrumentalização.

O docente instou as mulheres a envolverem-se mais em questões políticas e na resolução de conflitos, apoiando a união destas em associações que tratam deste tipo de assuntos.

“A nossa sociedade é muito masculinizada e bastante patriarcal. A guerra também é um assunto bastante masculinizado. Por isso, tem de ser a própria mulher a libertar-se. É difícil libertar-se num contexto masculinizado e patriarcal, mas é possível”, aconselhou.

Sistematizar a cura

O BISPO Carlos Matsinhe, dirigente do Conselho Cristão de Moçambique, reconhece que após a guerra terminada em 1992 não houve um processo sistematizado de cura de mágoas resultantes do conflito armado dos 16 anos envolvendo a Renamo e as forças do Governo.

Contudo, para ele, nada impede que os moçambicanos busquem a reconciliação e vivam num país onde haja harmonia. Fez perceber que a construção da paz implica conversas ou exposição de mágoas que se têm no coração e, através disso, opera-se cura.

Lembrou ainda que as feridas da guerra e violência não são esquecidas, mas há necessidade de se encontrar espaço para a construção de uma nova vida.

“Nós, seres humanos, vivemos esta dualidade. Carregamos experiências boas e outras dolorosas. Contudo, temos de encontrar uma maneira de viver, olhando com esperança e expectativa para o nosso futuro. Aprender novo vocabulário, novas percepções para transformar as experiências dolorosas em algo agradável”, ensinou.

Para tal, avança o bispo, urge realizar um trabalho espiritual e psicológico. “As pessoas precisam de libertar os seus sentimentos falando do assunto. Temos de falar desse problema. A igreja fez de diferentes maneiras, através das homilias, orações, aconselhamentos, mas falta um trabalho de cura de memórias que seja sistematizado”.

Para o sucesso do trabalho, o bispo apoia a ideia do envolvimento de diversas áreas do saber para todos encontrem uma melhor forma de reconciliação envolvendo homens e mulheres.

“A participação de mulheres e homens na construção da paz e resolução de conflitos é fundamental para o nosso papel”, finalizou Carlos Matsinhe.

MULHER, PAZ E SEGURANÇA

Episódios da vida que ninguém quer repetir (conclusão)



Há cada vez mais mulheres a aderir a projectos de geração de renda



Albertina Machava mostra parte da sua criação de galinhas

EVELINA MUCHANGA

Os distritos de Mandlakazi e Chibuto, na província de Gaza, viveram momentos difíceis devido ao conflito armado envolvendo as forças governamentais e os guerrilheiros da Renamo. Houve mortes e destruição de infra-estruturas, o que deixou a população, particularmente mulheres, com poucos recursos para a sobrevivência.

Todavia, a vida destas pessoas não se resume às memórias

da chamada guerra dos 16 anos. Muitas mulheres, por iniciativa própria ou com apoio do Governo e organizações da sociedade civil, limpam as lágrimas e lançaram-se em busca de meios de sobrevivência.

Gilda Osmar, 44 anos, é uma delas. Começou por ter uma barraca de venda de bebidas alcoólicas, tendo como suporte a herança do pai, que em vida era mineiro.

Teve altos e baixos, mas conseguiu superar. Hoje é reconhecida na sua comunidade

pelos vários empreendimentos que possui, pois emprega mais de cinco pessoas.

Segundo Osmar, a mulher tem dom natural de busca constante pela paz e estabilidade da família, auxiliando, em muitos casos, na resolução de conflitos familiares.

Contudo, defende a realização de mais acções para se atingir a paridade de género nos órgãos de tomada de decisão para os vários assuntos sociais, económicos e políticos do país.

“Temos mulheres em al-

guns órgãos, mas nem todas conseguem dar a sua opinião, havendo, por isso, necessidade de capacitá-las para melhor contribuírem no crescimento do país”, disse Osmar.

Albertina Machava, 63 anos, é outra mulher que desenvolve actividades de geração de renda, criando galinhas para a venda. Ela conta com o apoio do esposo na monitoria do negócio.

“A guerra foi cruel para nós. É preciso que lutemos pela paz na sociedade. É estando em harmonia e dedicarmo-nos

ao trabalho que acabaremos com o ódio, a inveja e intrigas nas famílias, na sociedade e no país, em geral”, recomendou Machava.

O respeito pelo outro, segundo Eduardo Salvador Novela, começa na família, sobretudo no casal. Novela é pastor e conta que vive situações sociais que em nada contribuem para a estabilidade emocional da família e da sociedade.

“Ainda temos casos de homens que desprezam as suas esposas ao ponto de serem elas a preparar as refeições e elas a

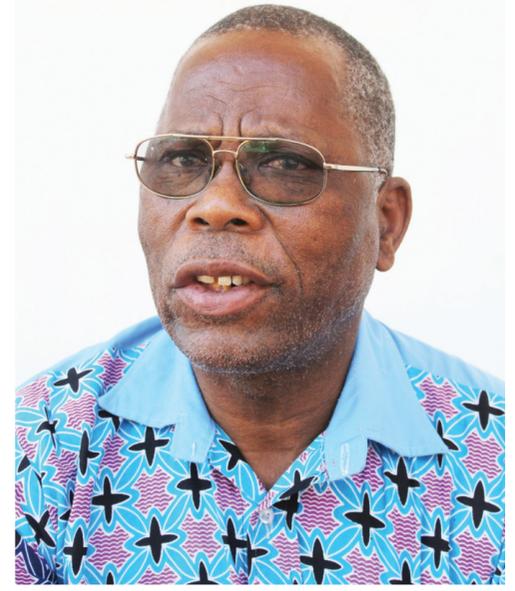
servirem. Escolhem o melhor para si e deixam o resto para elas. Como construiremos a paz tendo estas realidades? É apenas um exemplo”, lamentou.

Para a presidente da Assembleia Municipal de Mandlakazi, Franceline Nhantumbo, a formação da mulher é fundamental para a sua inserção em todo o processo de paz, segurança e desenvolvimento do país, havendo já iniciativas desta natureza mesmo a nível local.

Explica que tal se espelha na construção de mais escolas e busca de incentivos para as raparigas se manterem no ensino. Apontou ainda a capacitação para o empreendedorismo.

Segundo Maria Helena Langa, presidente do município de Mandlakazi, as mulheres já se envolvem na busca pela paz, estudando, participando em reuniões de bairro, igreja, nos grupos familiares.

“Antes, eram os homens que iam para a África do Sul ou para outras províncias do país em busca de recursos para a família mas, actualmente, vemos muitas mulheres a fazer o mesmo. Estamos a progredir, é desafio, mas chegaremos lá”, finalizou Henrique Machava, presidente do município de Chibuto.



Eduardo Novela é pelo respeito mútuo

DISCUTINDO LEIS

Didier Malunga*



A dignidade da pessoa humana (2)

(ainda celebrando o Dia Internacional dos Direitos Humanos)

DISCUTINDO

NO número introdutório a esta temática, ficou delimitada a opção do alcance que o termo dignidade vai ostentar nesta abordagem. A dignidade como um valor inerente à pessoa humana pelo simples facto da sua existência. Seguimos os ensinamentos do estudioso brasileiro Sarlet para sublinhar que a pessoa humana tem dignidade e não a perde, por mais que seja desonrada a sua conduta. Assim, a dignidade não pode ser afectada pela má conduta da pessoa, pois a esta deve-se censurar e, quando for o caso, punir ou condenar judicialmente.

Nesta linha, hoje propomo-nos a analisar um dos principais elementos da dignidade, que é a igualdade. A igualdade pressupõe dar peso igual a todas as pessoas, independentemente de factores externos que as rodeiam ou internos que ditam a sua personalidade. As pessoas têm de ter a mesma consideração em todos os domínios, principalmente no que respeita ao seu lado existencial: vida, integridade física e moral.

Várias são as possibilidades de analisar a dignidade pelo lado da igualdade mas, para nos concentrarmos num aspecto de cada vez, o cerne do debate, hoje, vai recair sobre a igualdade nas relações de família.

Ainda nos preliminares, importa precisar que a igualdade não pode ser olhada como um nível absoluto de impor igual consideração das pessoas perante um certo interesse. O absolutismo seria uma meta de difícil alcance prático. A vida mostra que pode ser necessário adoptar uma desigualdade para diminuir outra desigualdade, ou seja, a igualdade deve ter como centro a observância do mínimo necessário para que não se desague numa desigualdade gritante. Tratar igual o que seja igual e diferente o que também seja diferente.

A nossa Constituição da República (CRM) preconiza a igualdade em dois artigos centrais: 35 e 36. No primeiro enfatiza-se a universalidade numa colocação bem-sucedida, pois carrega no seu conteúdo a essência: igualdade perante a lei, independentemente de qualidades externas. O artigo 36 sublinha a igualdade entre o homem e a mulher num exercício, a nosso ver, desnecessário, pois o artigo anterior cobre perfeitamente esta componente. Aliás, a essência da dignidade está superiormente conseguida no texto do artigo 1 da Declaração Universal dos Direitos do Homem de 1948: “Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos...”

Testando a igualdade às relações de família, desembocamos num exercício complexo. Estamos perante relações geradas por sentimentos e afectos, onde o lado jurídico só é solicitado quando ocorrem falhas relacionais. As relações conjugais são as mais complexas onde a igualdade pode ser testada. No cerne da vida conjugal, para além da gestão de sentimentos, colocam-se projectos familiares, desde a procriação, atribuição de nomes aos filhos, educação de filhos, governo do lar, administração do património e representação da família. Como garantir que para cada um dos elementos que antecede se aplique a igualdade? A Lei da Família é clara nos artigos 93 e seguintes ao atribuir igual peso ao casal na definição das opções da vida em conjunto. A diversidade sociocultural, a tradição própria dos povos, muitas vezes é chamada neste contexto. Quem atribui apelido ao filho? Quem governa o lar? Quem representa a família? São algumas questões ajuizáveis para testar a igualdade. Será que a realidade no palco social se reflecte no esquema das leis? Ou o esquema das leis se solicita quando a crise relacional ocorre.

Lançamos bases para discutir, cientes de que às soluções se chega atravessando diversidade de ideias, mas ocorre rematar que nas relações familiares e, em particular as conjugais, a dignidade, quando vertida na igualdade, exigirá mais do que o esquema legal, sendo cruciais o diálogo, a ponderação e a consideração de valores socioculturais e, no fim do exercício, podemos achar uma desigualdade que permita um relacionamento estável sem ferir ou diminuir a dignidade humana.

Jurista - didiermalunga@gmail.com

A voz das mulheres

PARA a pesquisadora Egna Sidumo, é fundamental que se respeitem as questões de género em todo o processo de pacificação de um país, garantindo que durante a discussão para a paz haja espaço para que as mulheres sejam ouvidas.

Segundo Sidumo, há componentes no processo negocial de paz que podem ser mais facilmente ultrapassadas com o envolvimento de mulheres e homens.

“É só pensar quem são as principais vítimas. Uma mulher que esteve envolvida na guerra tem mais consciência de como aquele conflito influencia na sua comunidade. Não estamos a dizer que os homens são insensíveis, mas elas trazem uma visão diferente daquilo que está a acontecer”, justificou.

Lamentou o facto de Moçambique não ter envolvido mulheres nas negociações anteriores, havendo actualmente um trabalho para que nos próximos tempos participem mulheres e homens nos debates sobre paz e segurança no país.

No ano passado, o Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais da Universidade Joaquim Chissano realizou um estudo nas províncias de Gaza, Sofala, Zambézia, Nampula e Tete (locais mais afectados pela guerra civil) com o objectivo de dar voz às mulheres vítimas da guerra.

Durante a escuta, aponta

Sidumo, puderam perceber o quanto a guerra foi má para a população.

“As mulheres são as primeiras vítimas, por isso queremos que sejam elas também tenham opinião no processo negocial de paz, integradas nas missões de paz ou criando espaços para elas discutirem sobre o assunto”, esclareceu.

Revelou que actualmente o centro está a trabalhar para influenciar o Governo, a comunidade internacional, entre outros, para que pensem na possibilidade de ter mulheres no processo de desmilitarização e reintegração dos guerrilheiros da Renamo nas Forças Armadas.

“A política do esquecimento não tem os efeitos que pensávamos que tivesse. As pessoas

as têm vontade de falar sobre a guerra. Perderam familiares e alguns gostariam de saber onde foram enterrados, por exemplo. Não se trata apenas de dar dinheiro. O estudo foi interessante por nos trazer essa visão que não tínhamos”, referiu.

Para Egna Sidumo, as amnistias são importantes no processo de paz na medida em que dão confiança e garantia de que os opositores não sofrerão represálias.

“Entretanto, as amnistias criam a noção de irresponsabilidade. As pessoas podem fazer o uso das armas sem que lhes aconteça absolutamente nada. Precisamos de estudar a possibilidade de não dar amnistias totais, para haver um nível de responsabilização, ainda que seja pequeno”, disse.



Egna Sidumo fala em inclusão de mulheres nas negociações para a paz

Terapia em acampamentos

ALIADO a isso, estão a ser realizados os acampamentos sobre mulher, paz e segurança. As províncias de Sofala e Tete foram as primeiras abrangidas.

“Juntamos mulheres provenientes das diferentes províncias para uma troca de experiências na resolução de conflitos. Os acampamentos servem também de terapia para as vítimas da guerra, pois cada um relata a sua experiência e vai tendo conselhos das outras sobre como ultrapassar as suas dificuldades. Para além disso, nestas sessões

elas são capacitadas para uma melhor inclusão”.

Contudo, Buque reconheceu que ainda há muito por se fazer para que as mulheres possam, realmente, participar nos processos de paz e segurança do país.

Segundo Buque, o foco, nos próximos tempos, será consciencializar os diferentes intervenientes no processo, sobretudo as comunidades, sobre a necessidade de implementação do plano, incluindo a monitoria e a avaliação do mesmo.

“O desafio é tornar a agenda cada vez mais

efectiva, melhorando a sua compreensão nas comunidades. É um documento alinhado à primeira prioridade do Governo, que é a busca pela unidade nacional e consolidação da paz”, frisou.

A concepção do Plano Nacional sobre Mulher Paz e Segurança responde à resolução 1325 do Conselho de Segurança das Nações Unidas elaborada há cerca de 20 anos.

O objectivo é proteger os direitos de mulheres e meninas durante o conflito armado, combater a impunidade em crimes de género. Constatam



Sansão Buque diz que já há iniciativas para a participação efectiva da mulher no processo de paz e segurança no país

MOÇAMBIQUE lançou no ano passado o Plano Nacional de Acção sobre Mulheres, Paz e Segurança 2018-2022, com o propósito de tornar o país numa referência na promoção da igualdade de género nessas áreas.

A propósito, Sansão Buque, director nacional adjunto para a área de Género no Ministério do Género, Criança e Acção Social, disse que o documento tem como foco estimular maior participação feminina nas estruturas e processos de paz e segurança, assim como promover a igualdade e equidade de género nas instituições de defesa e segurança.

Apontou ainda a inclusão de outras áreas, como ajuda em

casos de emergência, violência sexual e baseada no género em situações de conflito e paz.

Um ano depois da aprovação do plano, Buque relata a realização de diversas actividades, com destaque para um estudo sobre recuperação socioeconómica em 14 distritos das províncias de Cabo Delgado, Zambézia, Tete, Manica, Sofala, Inhambane e Gaza, locais onde o projecto será implementado durante três anos.

O estudo contabilizou cerca de 76 mil potenciais beneficiárias, na sua maioria mulheres e raparigas chefes de agregados ou meninas que vivem em famílias sem renda.

“Foi identificado que devemos apostar no agro-processa-

mento, piscicultura e área de construção de habitação para apoiar as mulheres”.

Para além disso, segundo Buque, procurou-se ainda melhorar a segurança, oferecendo atendimento integrado às vítimas de violência. Durante esse período, foram assistidas 245 pessoas, cuja maioria (200) é do sexo feminino.

Já na vertente paz e segurança, foi transmitido, na televisão pública, um programa audiovisual gravado em Sofala, Manica e Cabo Delgado, que tinha como foco promover o diálogo envolvendo homens e mulheres, líderes locais, sobre o impacto dos conflitos, bem como as suas estratégias de solução a nível local.

ainda a promoção da igualdade de género em operações de manutenção da paz e o aumento da participação das mulheres nas actividades de pacificação, antes, durante e depois do conflito armado.

Em África, países como Angola, República Democrática do Congo e Namíbia já elaboraram os seus planos e estão também na fase de busca de maior inclusão das mulheres nas questões sobre paz e segurança, com vista ao bem-estar das nações.